MOVIMENTO PVNC
PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES

Carta ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação,

Nós, coordenadores, educadores e educandos do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes somos a favor da Reforma Universitária por entendermos que seu formato e seus objetivos ainda estão em aberto. A cada dia nos confrontamos, na sociedade e nas universidades públicas, com posições, ao nosso ver, oportunistas e conservadoras, vindas tanto dos setores reacionários de direita, quanto do corporativismo autodenominado de esquerda que insistem em defender a Universidade elitista e racista que temos. Porém, nossa convicção, demonstrada pela existência de mais de 1500 cursos pré-vestibulares populares no Brasil, é que a nossa universidade estatal não é pública e, por isso, é urgente que haja uma reforma que tenha como objetivo geral a universalização do ensino superior e a democratização dos processos de difusão e produção e produção do conhecimento.

Na reforma universitária será preciso:

a) dar à produção e difusão social do saber uma nova potência democrática;

b) desmontar um dos mecanismos fundamentais de perpetuação da desigualdade que assola nosso país. A atual estrutura do ensino público brasileiro se constitui num dos principais aparelhos de reprodução da desigualdade social que assola o Brasil, desperdiçando seu potencial produtivo e perpetuando uma hierarquia e uma violência social que só se sustentam na base da exclusão da maioria da população do "direito aos direitos".

De uma forma muito cruel, os que estão de fora pagam duas vezes:

- pagam uma primeira vez na repartição atual das riquezas, maciçamente dirigidas a um sistema de ensino estatal, que generosamente chamamos de público, mas que não é realmente público, do qual essas populações não têm acesso.

- pagam uma segunda vez na repartição futura de riquezas que serão captadas pelos que atualmente tem acesso a um sistema de ensino que lhe garantirá ocupar as profissões mais bem remuneradas da hierarquia social.

Essa desigualdade e a violência insuportáveis não é um legado externo ao sistema público de ensino. Pelo contrário, o ensino público brasileiro é um dos produtores e reprodutores de desigualdade e violência, através de alguns mecanismos:

1) a existência de um verdadeiro muro que separa o ensino público fundamental e médio do ensino público superior. Esse muro é a vergonhosa atualização do que separava a casa

grande da senzala. Trata-se na realidade de uma das maiores entraves ao processo de construção democrática da sociedade brasileira. Essa separação não se limita a seu efeito (os alunos que entram no ensino público gratuito vem em sua maioria do ensino particular pago), mas tem a ver, sobretudo, com o fato de as universidades não estarem mobilizadas para aprimorar a qualidade do ensino básico público.

2) a aplicação de vestibular como um critério de acesso ao ensino superior "republicano e democrático". A vigência dessa barreira social e racial entre os níveis de ensino o faz funcionar apenas como um mecanismo de confirmação de uma desigualdade e de uma seleção social já dada a priori, e pior, que se mantém estável.

3) o racismo como mecanismo de seleção e reprodução da elite branca que mantém a universidade produzindo desigualdades, subdesenvolvimento e a "cor" do saber, da mobilidade, da integração social e dos direitos humanos. Encontrar um "dentista negro" é tão raro que o policial paulista que o matou pensava operar na zona do não-direito e do extermínio em que se as populações pobres e negras são, cotidianamente, desrespeitadas e violentadas.

A Reforma Universitária precisa ter como referências estratégicas o desmonte desses mecanismos de produção e reprodução da desigualdade e, no curto prazo, a inversão das prioridades construídas nas últimas décadas de crescimento autoritário.

Neste sentido, é fundamental que se afirme o princípio da igualdade material como condição da democratização do ensino superior. A igualdade não pode ser concebida como resultado de uma democracia que nunca foi praticada porque sempre foi *projeto.* Se a democracia passar a ser praticada, através de processos materiais de universalização de direitos, a igualdade não pode ser vista senão como condição material, e não o "*todos somos iguais"* da nossa demagógica igualdade formal. O combate às desigualdades que fundaram a sociedade e as instituições brasileiras, e que foram aprofundadas no período desenvolvimentista e agravadas pelas políticas neoliberais, é o caminho da mudança desejada pela multidão de elegeu o presidente Lula. Assim o governo deve reconhecer que diante da crise dos tradicionais caminhos *Estado* ou *Mercado* não há modelo de desenvolvimento a ser seguido, deve reconhecer que para que haja democracia é preciso *praticar democracia mobilizando os recursos disponíveis* e deve reconhecer o caráter constituinte dos movimentos. Do nosso ponto de vista, esse é o fundamento. O Ministério da Educação avança no sentido de tornar a Reforma Universitária um momento de mobilização social e pública, ao abrir o debate para os movimentos.

Inverter as prioridades significa afirmar que entre monstruosidade da desigualdade e o milagre do crescimento há uma relação estrutural que precisamos quebrar: desigualdade, racismo e "democracia limitada" não são as conseqüências do sub-desenvolvimento, mas sim suas causas. Significa também que é preciso **desmontar o discurso hipócrita que afirma que o "gargalo" se encontra nos níveis de ensino público fundamental e secundário, pois o gargalo está no próprio ensino superior público**, que é um instrumento nacional de: a) reprodução da elite (médicos, advogados e outras profissões liberais); e b) de produção da tecnocracia (engenheiros, economistas etc. etc.). Seu funcionamento é herdeiro do autoritarismo patriarcal que ainda marca nossa sociedade e por

isso virou o berço de um corporativismo conservador de roupagem "esquerdista" que defende a qualidade para poucos.

As conseqüências, todas nefastas, da vigência desse gargalo podem ser resumidas nos pontos seguintes:

=> a chamada "excelência" do ensino público superior absorve um volume enorme de recursos que não se destinam à toda a sociedade mas à reprodução de uma pequena elite: menos de 10% da população jovem encontra-se na universidade.

=> a crescente demanda social de acesso ao ensino superior foi satisfeita, e apenas parcialmente, pelo desenvolvimento exponencial das universidades particulares que, atualmente abrigam mais de 80% das matriculas.

= > com níveis de despesas públicas no ensino superior, em percentual do PIB, superiores aos dos países desenvolvidos, o Brasil consegue colocar um percentual ridículo (em torno de 3%) de sua população entre 18 e 24 anos dentro das instituições públicas de ensino superior

= > o acumulo perverso de desvalorização e perda de legitimidade social da carreira docente, que pode chegar a ter conseqüências devastadoras diante da amplificação de um setor privado que dispõe de uma base social muito mais vasta e de um corpo docente submetido a regimes de trabalho que dificilmente conciliam as atividades de ensino com as de pesquisa.

Do nosso ponto de vista a reforma universitária deve:

1. adotar ambiciosos planos de expansão de vagas de alunos e, simultaneamente, combater o racismo que constitui um dos maiores limites da constituição democrática da coisa pública. É, pois, preciso aumentar as vagas e instaurar reservas de vagas para negros e pobres.

2. mobilizar, com políticas adequadas, os enormes recursos atualmente relegados aos programas de pós graduação (professores e bolsistas de mestrado e doutorado) para, ao mesmo tempo, acolher cada vez mais alunos e proporcionar os cursos de "nivelamento" necessários para alunos egressos de sistemas de ensino deficientes.

3. reorganizar seu ciclo de graduação de maneira a, pela introdução de um ciclo curto de estudos superiores gerais afim de, ao mesmo tempo, permitir uma escolha mais madura das especializações por parte do alunos e uma melhor capacidade de acolher um numero crescente de alunos por parte da universidade.

4. construir nessa base a legitimidade para uma radical reformulação da carreira: com critérios, sim, que aumentem a potência pública das forças produtivas. Isso passa

pela reformulação da relação hipócrita que hoje em dia permite a vigência de uma isonomia falsa e meramente corporativa: ao contrário do que se afirma ela permite a falta de transparência das remunerações e, ao passo que penaliza os esforços de pesquisa acadêmica, engessa a capacidade de expansão das vagas de alunos pela mais completa dispersão de um corpo docente que não integra seus programas e práticas de ensino.

5. redimensionar a autonomia universitária. Isso significa acabar com a atual escandalosa "soberania" de Instituições Públicas de Ensino Superior que não prestam contas para quem paga as contas. Essa autonomia "soberana" funciona exatamente como a "democracia grega": todos os direitos para "os de dentro", nada para os "de fora". É a soberania da sociedade que é garantia de democracia, pela implementação de mecanismos de avaliação que garantam, ao mesmo tempo, a liberdade acadêmica de ensino e pesquisa e os objetivos estratégicos de democratização do acesso ao saber bem como a socialização da produção do saber.

Neste sentido, apresentamos algumas propostas:

1. **INSTAURAR DE UM PROCESSO UNIVERSALIZAÇÃO DO DIREITO AO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS, FUNDAMENTALMENTE, DA PUBLICIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTATAIS;**

2. **PROMOVER UM AUMENTO GRADATIVO DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, EM TODOS OS CURSOS E TURNOS, DE MODO A GARANTIR QUE TAIS UNIVERSIDADES ABSORVAM, PELO MENOS, A MAIORIA DAS MATRÍCULAS NESTE NÍVEL DE ENSINO;**

3. **PROMOVER POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: COTAS NA GRADUAÇÃO, NA PÓS-GRADUAÇÃO E NO CORPO DOCENTE, POLÍTICAS DIFERENCIADAS DE ACESSO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA, PARA ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES E DE GRUPOS SOCIAIS DISCRIMINADOS;**

4. **ACABAR COM A COBRANÇA DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO DE VESTIBULAR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS;**

5. **REFORMULAR OS CURRÍCULOS, DE MODO QUE CONSIDEREM OS TEMPOS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDANTES TRABALHADORES.**

Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes.
São Paulo, 18 de outubro de 2004.